

Crianças de Rua e ONGs em Maputo, Moçambique

Andrea Moreira

Resumo

Grupos de crianças e jovens que ganham a vida nas ruas são constantemente alvos de intervenções corretivas; são essencialmente encaradas como “um problema a ser resolvido” (Hecht, 1998). Na verdade, a ideia de que a rua é moralmente perigosa para as crianças tem como base um particular conceito de infância ligado à cultura europeia, que tem se expandido nas últimas décadas bem além das fronteiras da Europa (Boyden, 2001). O “fenómeno” de crianças de rua tem sido alvo de intervenção por parte de muitas organizações não-governamentais (ONGs) que tendem a favorecer ações que visam diminuir a visibilidade das crianças nas ruas.

Dado que as ONGs, num contexto de liberalização económica, parecem tomar o lugar dos governos em relação aos serviços de apoio social, é importante compreender a natureza e a qualidade da assistência que prestam. Além disso, a questão de como as próprias crianças percebem e experienciam estes serviços precisa ser melhor explorada.

Palavras-chave

crianças de rua, ONGs, desenvolvimento, infância, Maputo

Introdução

O título da minha tese de mestrado na qual me apoio para escrever este texto é: “What about those shoes?” Uma das últimas coisas que Paíto - um dos jovens com quem trabalhei - me perguntou antes de nos despedirmos no final do meu período de trabalho de campo foi: “Então? E aqueles sapatos que pedi?” A última foi: “Quando voltas?” A nenhuma das duas questões consegui responder. Ambas se relacionam com dois pontos que considero fundamentais e permearão este texto. A primeira está relacionada com o facto de a grande maioria dos programas de intervenção das ONGs não partirem de uma análise prévia das verdadeiras necessidades e vontades das crianças e jovens. A segunda diz respeito à problemática e excessiva dependência, destes mesmos programas, de financiamentos instáveis e orientados por políticas externas que não se coadunam com as realidades locais. Numa perspetiva mais reflexiva, estas duas questões de Paíto também fazem pensar sobre a relação que se estabelece entre o pesquisador e os pesquisados. Uma relação que se caracteriza também por uma assimetria, principalmente nos casos em que os pesquisados fazem parte de grupos mais marginalizados da sociedade.

O principal método de pesquisa foi a observação participante, em que o pesquisador participa, na medida do possível, das atividades diárias do grupo em estudo. Neste sentido, o material recolhido e o conhecimento produzido é, sem dúvida, definido pela minha experiência subjetiva e pelas relações inter-subjetivas que se foram estabelecendo. Num dado momento, durante o meu trabalho de campo, percebi que estava a romantizar as vidas dos jovens com quem interagia e de forma geral os modos de vida em Maputo. Estava a imaginar estes jovens como pequenos heróis, rebeldes e determinados e sentia que a minha participação no mundo deles, ainda que mínima, também fazia de mim de alguma forma rebelde. Portanto, a minha representação destes jovens, tal como a minha postura face às intervenções das ONGs, é de facto demarcada por esta perceção. Posto isto, passo a apresentar os resultados desta pesquisa que considero exploratória, passando antes por uma breve análise de conceitos ou talvez desconstrução de preconceitos.

A categoria “criança da rua”

Grupos de crianças e jovens que ganham a vida nas ruas são geralmente retratados como algo a ser contido, são constantemente alvos de intervenções corretivas; são essencialmente encaradas como “um problema a ser resolvido” (Hecht, 1998). É a visibilidade destas crianças e jovens nos centros das cidades que atrai tanta atenção. Ao “invadirem” o centro da cidade, crianças de rua desafiam a ordem de segregação na cidade moderna, ocupando ilegitimamente o espaço público (Scheper-Hughes & Sargent, 1998). Não podem ser ignoradas e a sociedade é confrontada com o facto de que crianças pobres, por vezes muito jovens, vêm procurar meios de subsistência nas ruas. São crianças pobres no lugar errado. É esta visibilidade que tem provocado a intervenção de muitas ONGs. De acordo com Olga Nieuwenhuys (2001:551), o termo “crianças de

rua” vem sendo incluído num discurso construído em torno dos filhos dos pobres em meio urbano, que se tornou muito poderoso no apelo ao “mercado internacional da caridade”. Segundo Tobias Hecht (1998:157), todo o trabalho com crianças de rua é moldado por julgamentos morais de como deve ser a infância.

A infância, como distinta da imaturidade biológica, não é universal, mas sim uma componente estrutural e cultural de uma sociedade específica (James & Prout, 2001). Isto é, todas as sociedades cuidam e protegem os seus filhos à sua maneira, mas a “infância moderna” é uma concepção ocidental que vem sendo exportada para outras partes do mundo (Stephens, 1995). A própria categoria de “crianças de rua” é parte da globalização de um entendimento ocidental de infância. A ideia de que a rua é moralmente perigosa para as crianças surgiu no norte da Europa e tem sido exportada através do colonialismo e do imperialismo da ajuda internacional bem além das fronteiras da Europa. Boyden (2001:207) argumenta que um padrão universal de infância tem o efeito de penalizar, ou mesmo criminalizar, a infância dos pobres. As crianças de rua caem nas categorias de infâncias anormais, fora da norma e, particularmente fora do controle dos adultos. Desafiam assim as fantasias Ocidentais da criança como um ser inocente, vulnerável e dependente, que precisa da proteção do adulto (De Boeck & Honwana, 2005:3). Jovens deslocados dos lugares que são geralmente definidos como normais para as crianças ocidentais de classe média, como casas de família, escolas e clubes organizados e controlados por adultos, são crianças “fora do lugar” (Connolly & Ennew, 1996). Assim sendo, crianças sem supervisão de um adulto, visíveis nas ruas dos centros das cidades, tomando conta de si próprias são consideradas “fora do lugar”.

As ONGs

Desde os anos 1980, assiste-se a uma proliferação de ONGs que têm vindo a desempenhar papéis cada vez maiores na prestação de serviços sociais. Este “boom” de ONGs coincide com as reformas de ajustamento estrutural promovidas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em que o Estado teve que reduzir substancialmente as despesas com os serviços sociais. As ONGs têm sido idealizadas como organizações que ajudam os outros, sem fins lucrativos e sem agenda política. Contudo, muitas ONGs Europeias recebem financiamento dos seus respetivos governos nacionais ou da União Europeia e ainda, outras são promovidas pelo Banco Mundial (Fisher, 1997; Edelman & Hangerud, 2005). À medida que o financiamento internacional para ONGs aumenta, a competição para obter tais fundos e recursos se intensifica (Edelman & Hangerud, 2005). Desta forma, ONGs locais ficam excessivamente dependentes dos interesses e agendas políticas de doadores externos para assegurar financiamento (Fisher, 1997).

Crianças a trabalhar e/ou a viver nas ruas foram rapidamente apontadas como um grupo alvo para as iniciativas das ONGs. Nieuwenhuys (1999) argumenta que as crianças de rua, representadas nos meios de comunicação social

como uma ameaça e um desafio, como objetos de piedade e fascínio, possuem um grande poder de apelo ao “mercado internacional da caridade”. Estas crianças, representadas como a precisar urgentemente de ajuda, mas competentes o suficiente para cuidar de si próprias, têm sido os aliados perfeitos para as ONGs angariarem fundos (Nieuwenhuys, 1999:40-41). Por seu turno, os respetivos governos nacionais tendem a encorajar as ONGs envolvidas em acções que diminuem a visibilidade das crianças nas ruas (Ennew, 1994).

As ONGs e as crianças da rua em Maputo

Segundo o censo (2007), a cidade de Maputo tem mais de 1 milhão de habitantes, dos quais metade têm menos de 20 anos de idade. Foi durante o período da guerra, entre 1980 e 1990 que a população de Maputo aumentou drasticamente devido à migração interna de refugiados (Espling, 1999). A implementação de um programa de ajustamento estrutural em 1987, num país massacrado pelos efeitos de uma guerra que acabou por durar 16 anos, teve consequências devastadoras para a maioria da população. A guerra em Moçambique (Loforte, 1994) e os programas de ajustamento estrutural em geral (Nieuwenhuys, 1999) têm sido identificados como as principais causas para a presença de crianças a trabalhar e/ou a morar nas ruas.

Enquanto se estima que existam cerca de 300 a 400 jovens de rua em Maputo, destes apenas uma pequena minoria são do sexo feminino. Fui informada que as poucas raparigas que vivem na rua ficam principalmente em lugares fechados, como casas abandonadas, e somente saem durante a noite para trabalho sexual. Além disso, dentro desta estimativa, muitos dos jovens voltam para suas casas à noite ou alternam entre dormir na rua e em casa. Em Maputo existem algumas casas de acolhimento, instituições fechadas, onde as crianças/jovens passam dia e noite. Não tive a oportunidade de visitar estas instituições. O meu foco aqui é nos programas de rua empregados pelas ONGs, nos chamados “street-based programs”. Como o próprio nome indica, são programas ou projetos que procuram dar apoio aos jovens enquanto estes estão na rua. Não providenciam, regra geral, alojamento durante a noite. Nas últimas décadas tem vindo a ser reconhecido que as crianças e jovens de rua vêm a sua relação com o grupo de pares como factor relevante para o seu crescimento pessoal (Ennew, 1994). Acresce que vários autores têm constatado que a passagem pela rua é muitas vezes temporária. Portanto, programas que visam proporcionar uma vida mais confortável enquanto nas ruas e o desenvolvimento de certas habilidades ou competências ganharam popularidade. Apesar de isto, e de acordo com os meus dados, a reintegração nas famílias, ou simplesmente a retirada dos jovens das ruas, continua a ser um dos objetivos finais destes programas. Os serviços prestados pelas ONGs incluem: programas de alimentação, serviços médicos, assistência jurídica, educação informal, atividades de lazer, programas de crédito, reagrupamento familiar, e outras actividades destinadas à reintegração dos jovens na sociedade.

Vários funcionários de ONGs com quem falei referiram o facto que muitos

dos rapazes que tinham sido, supostamente, “reintegrados” apareciam de novo nas ruas passado algum tempo. Sobre o processo de reintegração um dos funcionários explica: “As crianças dizem-nos muitas vezes que comem melhor enquanto estão na rua do que nas suas casas e quando tentamos reintegrá-los nas suas famílias esta realidade brinca connosco porque realmente vemos as condições precárias em que vivem”. De acordo com Hecht (1998:160), há uma percepção geral que a criança ou jovem precisa ser “salvo” da vida na rua a fim de restaurar uma infância supostamente ausente na rua. Segundo o mesmo autor, a insistência em remover a criança da rua e reintegrá-la no contexto familiar assenta na ideia que a infância é sinónimo de domesticidade. Nas minhas conversas e entrevistas com os rapazes foi aparente que para a grande maioria, com algumas exceções, ficar na rua com os amigos e a ganhar o seu próprio dinheiro era mais apelativo do que ficar em casa ou ir para a escola.

José é de Maputo e tem 16 anos. Ele diz-me: Nas ruas comecei a roubar e não queria saber mais de ir para minha casa. Os meus pais procuraram por mim e levaram-me de volta para casa. Comecei a escola de novo mas passado algum tempo deixei e voltei para o mercado de Xipamanine, onde encontrei estes meus amigos.

Simião (14 anos) explica que não gostava de ir à escola, preferindo ficar pelo mercado com os amigos. O pai batia-lhe por ele não ir à escola e por isso ele acabou por sair de casa.

Salomão, também com 14 anos, diz-me que a sua motivação para ficar na rua é o dinheiro. Com esse dinheiro ele pode comprar roupa, chinelos e comida.

Paíto tem 17 anos e saiu de casa quando tinha 11. Ele dormiu durante muito tempo na rua mas agora dorme em sua própria casa e até fornece acomodação ocasional aos amigos. Ele explica que conseguiu construir o seu quarto vendendo no mercado.

Já Juanisse de 13 anos enfatiza a relação com os amigos para ficar na rua. Ele diz: Em casa, minha mãe morreu e meu pai ficou doente. Eu comecei a brincar com os outros rapazes aqui no mercado e já não quis voltar para casa.

Por outro lado, muitos dos jovens que recebem os serviços das ONGs não dormem na rua e ainda, muitos outros alternam entre dormir na rua e em casa dos seus familiares. No entanto, eles continuam a ser retratados como crianças da rua a fim de se enquadrarem na categoria para o qual o financiamento foi solicitado. Muitos dos jovens com os quais trabalhei mantinham relações com os seus familiares, procurando neles apoio quando necessitavam. O caso de Dércio é exemplificativo:

Quando perguntei a Dércio sobre a razão para sair de casa, ele respondeu: Eu só saí, nada aconteceu e quando quero volto para casa. Dércio tem 15 anos e morava na província de Gaza, com sua madrasta e dois irmãos, até que decidiu se mudar para Maputo em busca de trabalho. Em Maputo vive seu

avô e suas irmãs. Ele explicou que quando lhe apetece ele vai dormir a casa de seu avô. Alguns dias antes de eu deixar Maputo Dércio desapareceu. Seus amigos explicaram que ele tinha voltado para casa para se esconder. Dércio tinha roubado um saco de roupa em segunda mão no mercado e o dono da mercadoria andava atrás dele.

Segundo Hecht (1998:174-176), as crianças não vêem as instituições de serviço social como um meio para deixar a rua. Ao invés, elas tendem a vê-las como parte integrante da vida na rua, como um meio de obter benefícios materiais. Pelo que pude perceber em Maputo, este era o caso. Embora o objetivo subjacente dos programas fosse o de tirar a criança ou jovem da rua, havia sempre algum tipo de serviço prestado para atrair a criança ou jovem para o projeto. A “política da sanduíche” – apelido dado a este tipo de intervenções – tem sido fortemente criticada por manter as crianças num estado de dependência artificial e possivelmente incentivar a permanência das mesmas na rua (Pirrot, 2004). Algumas ONGs têm levado estas críticas muito a sério e afirmam que não lhes devem ser fornecidas refeições grátis. Um funcionário de um dos programas explicou que não seria recomendado fornecer uma refeição por dia a uma criança de rua quando muitas famílias pobres são incapazes de providenciar isso em casa a seus filhos. “Ademais”, continuou ele, “eles arranjam sempre maneira de obter dinheiro para comida”. De acordo com as minhas observações, o momento da refeição, nos projetos que incluíam a distribuição de comida, era o mais aguardado pelos jovens. Num dos projetos que visava a educação dos jovens, os rapazes expressam seu aborrecimento várias vezes quando a refeição que eles tinham direito não era providenciada. No entanto, eles nunca se queixavam de não ter aula quando algum dos professores não aparecia.

A última questão que quero referir e que foi várias vezes tema de conversa com funcionários de ONGs, é a instabilidade dos financiamentos. Os doadores são inconsistentes nas suas áreas de interesse, resultando numa vulnerabilidade dos projetos a uma súbita falta de financiamento. De facto, alguns projetos terminavam inesperadamente e sem uma clara justificação do porquê desta suspensão do financiamento. Os beneficiários destes projetos, as crianças e jovens, passavam de projeto para projeto, fazendo uso dos serviços prestados consoante as suas necessidades ou inclinações. A sustentabilidade dos programas e a inclusão de objetivos a longo-prazo fazem parte dos discursos das ONGs. No entanto, as ONGs locais continuam dependentes de financiamentos e apoios externos. Financiamentos que por sua vez se proporcionam consoante as prioridades e tendências da comunidade internacional de apoio ao desenvolvimento frequentemente desadequadas às necessidades locais.

Conclusão

Voltando ao início desta apresentação – à questão dos sapatos. Com os jovens com quem trabalhei, os sapatos constituíam um foco de grande interesse e importância. Os sapatos, ou melhor a falta deles, sempre foi um tema abor-

dado nas nossas conversas. Particularmente, nas entrevistas realizadas muitos dos rapazes referiram que o que lhes fazia mais falta era sapatos. Obviamente, sendo os sapatos ou os ténis mais dispendiosos que os chinelos, sempre que lhes eram oferecidas roupa e calçado pelas ONGs, nunca ou raramente eram presenteados com este bem que tanto cobiçavam. Perguntar “E quanto àqueles sapatos?” implica abordar a maneira como os pontos de vista dos jovens não são levados em conta por quem pretende intervir neles. As intervenções refletem mais o que os adultos, os estrangeiros, e até mesmo o “mercado internacional da caridade” percebem como importante. Concordo com a observação de Hecht (1998:187), que enquanto as instituições podem reivindicar estar a oferecer “salvação”, e a distribuição de serviços e bens são rejeitadas pela maioria das organizações ativistas, as crianças e jovens podem estar simplesmente à procura de um par de sapatos.

Em conclusão, os jovens a trabalhar e/ou a viver nas ruas em Maputo pareciam estar a fazer uso dos serviços que lhes eram oferecidos da melhor forma que podiam, sem prestar muita atenção aos discursos de “salvação” ou “reintegração”. Porquê estes jovens resistem à reintegração, e porquê continuam a voltar para a rua, são questões que precisam ser melhor exploradas. Também precisamos entender melhor quais as implicações disto para as intervenções sociais? Estou inclinada a acreditar que as razões que levam as crianças e jovens a decidir ir para a rua são muitas vezes mal interpretadas. Problemas em casa, como violência, pobreza e assim por diante, são habituais explicações. No entanto, existem muitas crianças em situações semelhantes que não decidem deixar as suas casas. Na verdade, apenas uma minoria das crianças consideradas estar em “situações vulneráveis” se aventuram para a rua. Neste sentido, as crianças e jovens nas ruas talvez não precisam de “salvação” mas provavelmente de ser melhor compreendidos.

Referências bibliográficas

BOYDEN, Jo. 2001. "Childhood and the Policy Makers: A Comparative Perspective on the Globalization of Childhood". In Allison James and Alan Prout (eds). *Constructing and Reconstructing Childhood. Contemporary issues in the sociological study of childhood*. London. Routledge Falmer

CONNOLLY, Mark and Judith ENNEW. 1996. "Introduction: Children out of place". *Childhood* 3. pp 131-145

DE BOECK, Filip and Alcinda HONWANA. 2005. "Introduction: Children & Youth in Africa". In Alcinda Honwana and Filip de Boeck (eds.) *Makers & Breakers. Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey

EDELMAN, Marc and Angelique HAUGERUD. 2005. *The anthropology of development and globalization: From Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism*. Malden: Blackwell

ENNEW, Judith. 1994. "Parentless Friends: A Cross-Cultural Examination of Networks Among Street Children and Street Youth". In Frank Nestmann and Klaus Hurrelmann (eds). *Social Networks and Social Support in Childhood and Adolescence*. Berlin. De Gruyter

ESPLING, Margareta. 1999. *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: Cases from Urban Mozambique*. Departements of Geography, University of Göteborg

FISHER, William. 1997. "Doing Good? The Politics and Antipolitics of NGO Practices". *Annu. Rev. Anthropol.* 26, pp 439-64

HECHT, Tobias. 1998. *At home in the street. Street children of northeast Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

JAMES, Allison. and Alan PROUT (eds). 2001. *Constructing and Reconstructing Childhood. Contemporary issues in the sociological study of childhood*. London. Routledge Falmer

LOFORTE, Ana. 1994. "Street Children in Mozambique". *The International Journal of Children's Rights* 2. pp 149-168

NIEUWENHUYTS, Olga. 1999. "The paradox of the competent child and the global childhood agenda". In R. Fardon, W. Van Binsbergen, R. Van Dijk (eds). *Dimensions of globalization, consumption and development in Africa and beyond*. London. EIDOS

NIEUWENHUYTS, Olga. 2001. "By the sweat of their brow? 'Street children', NGOs and children's rights in Addis Ababa". *Africa* 71 (4). pp. 539-557

PIROT, Bernard. 2004. *Enfants des rues d'Afrique centrale*. Paris. Editions Karthala

SCHEPER-HUGHES, Nancy and Carolyn SARGENT. 1998. "Introduction: The Cultural Politics of Childhood". In Nancy Scheper-Hughes and Carolyn Sargent (eds). *Small wars. The Cultural Politics of Childhood*. University of California Press

STEPHENS, Sharon. 1995. "Children and the Politics of Culture in Late Capitalism". In Sharon Stephens (eds). *Children and the Politics of Culture*. Princeton University Press